

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 47

Período: 27 nov. a 1º dez. 2023



Ato n. 88/GP, de 13 de novembro de 2023

Revoga os atos normativos e as comunicações da Presidência relacionadas ao enfrentamento da pandemia de covid-19, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 1/GP.VPA, de 13 de novembro de 2023

Revoga a Portaria n. 1/NUPEMEC-CI, de 13 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção e contenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas deste Tribunal - Conflitos Individuais e respectivos CEJUSCs.

Resolução n. 1/CD, de 13 de novembro de 2023

Revoga as resoluções do Corpo Diretivo relacionadas ao enfrentamento da pandemia de covid-19, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Resolução n. 5/GP.CR, de 13 de novembro de 2023

Revoga os atos normativos publicados pela Presidência e Corregedoria Regional relacionados ao enfrentamento da

Ato n. 847/PR, de 23 de novembro de 2023

Transforma 02 (duas) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo I, FC-01, vaga n. 731 e 734, em 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo IV, FC-04.

Portaria n. 18/CR, de 23 de novembro de 2023

Altera a Portaria n. 14/CR, de 28 de agosto de 2020, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face das empresas nela especificadas.

Provimento n. 10/CR, de 24 de novembro de 2023

Altera o Provimento n. 1/CR, de 13 de janeiro de 2022, no que se refere aos procedimentos correicionais, na forma que especifica.

Ato n. 3/GP.VPJ, de 28 de novembro de 2023

Altera o Ato n. 1/GP.VPJ, de 26 de abril de 2022, que redefine a estrutura organizacional de apoio às ações centralizadas de conciliação e mediação de conflitos coletivos no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos; cria o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos – CEJUSC-JT-CC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e regulamenta as atribuições de cada unidade, para definir os critérios utilizados para designação do(a) desembargador(a) coordenador(a), e dá outras providências.

pandemia de covid-19, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Emenda Regimental n. 46 [publicada pela Resolução Administrativa n. 6/TP, de 22 de novembro de 2023]

Altera os arts. 178, 178-A, 179 e 180 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 90/GP, de 23 de novembro de 2023

Institui grupo de trabalho para reavaliação de bens intangíveis para migração do sistema de controle patrimonial, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Edital de abertura de inscrições n. 3, de 2023

Divulga as condições do processo seletivo destinado ao preenchimento de 4 vagas de estágio na área de Pedagogia e cadastro reserva na mesma área, no Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 91/GP, de 28 de novembro de 2023

Altera o Ato n. 49/GP, de 6 de dezembro de 2022, que redefine a estrutura organizacional de apoio às ações centralizadas de conciliação e mediação afetas aos dissídios individuais no âmbito deste Tribunal e regulamenta as atribuições de cada unidade, para definir os critérios utilizados para designação dos(as) magistrados(as) coordenadores(as) dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSCs de 1ª e 2ª Instâncias, e dá outras providências.

Provimento n. 11/CR, de 30 de novembro de 2023

Altera o Provimento n. 1/CR, de 13 de janeiro de 2022, no que se refere aos procedimentos correicionais, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

CNJ

Resolução n. 534/CNJ, de 21 de novembro de 2023

Altera o inciso I do art. 2º da Resolução n. 321/CNJ, de 15 de maio de 2020, que dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.

Portaria n. 348/CNJ, de 27 de novembro de 2023

Designa os integrantes do Observatório dos Direitos Humanos, instituído pela

TST

Ato Conjunto n. 87/TST.CSJT.GP.SG.SEOFI, de 27 de novembro de 2023

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho da Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Terceira, Décima Quinta, Décima Sexta, Décima Sétima, Décima Nona, Vigésima, Vigésima

CSJT

Resolução n. 369/CSJT, de 24 de novembro de 2023

Altera a Resolução n. 247/CSJT, de 25 de outubro de 2019, que institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que

Portaria n. 190/CNJ, de 17 de setembro de 2020.

[Portaria n. 340/CNJ, de 23 de novembro de 2023](#)

Torna público o Edital do Prêmio “CNJ Memória do Poder Judiciário” (3ª edição – 2024).

[Resolução n. 535/CNJ, de 28 de novembro de 2023](#)

Altera a Resolução n. 516/CNJ, de 22 de agosto de 2023, que versa sobre a Resolução n. 81/CNJ, de 9 de junho de 2009, que dispõe sobre os concursos públicos para a outorga das Delegações de Notas e de Registro; e sobre a Resolução n. 203/CNJ, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

Poder Executivo

[Decreto n. 11.797, de 27 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e sobre a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, institui a Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão - Cefic.

Primeira, Vigésima Terceira e Vigésima Quarta Regiões, crédito suplementar para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Advocacia Geral da União

Portaria Normativa n.

[51/PGF.AGU, de 8 de novembro de 2023](#)

Regulamenta a Portaria Normativa n. 90/AGU, de 8 de maio de 2023, que regulamenta o art. 1º-A da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, e o art. 19-D da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, para autorizar no âmbito da cobrança e recuperação de créditos da União, das autarquias e fundações públicas federais, as medidas que enumera, e dá outras providências.

Orientação Normativa n.

[78/AGU, de 28 de novembro de 2023](#)

O regime jurídico das sanções previstas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, não é aplicável aos contratos firmados com base na legislação anterior, nem alterará as sanções já aplicadas ou a serem aplicadas com fundamento na legislação anterior, em respeito à proteção do ato jurídico perfeito.

Ministério do Trabalho e Emprego

[Portaria n. 3.714/MTE, de 24 de novembro de 2023](#)

envolvam assistência judiciária gratuita.

[Resolução n. 370/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Altera a Resolução n. 314/CSJT, de 22 de outubro de 2021, que dispõe sobre a gestão dos Precatórios e das Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho.

[Resolução n. 371/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Aprova o Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (PQA-JT).

[Resolução n. 372/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a acumulação de funções administrativas e processuais extraordinárias no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Resolução n. 373/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Institui a Política de Integridade da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Resolução n. 374/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Institui a Política de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Resolução n. 375/CSJT, de 24 de novembro de 2023](#)

Ministério da Fazenda

[Ato Declaratório Executivo n. 13/CORAT, de 27 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a dispensa de apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) relativa às contribuições previdenciárias devidas em razão de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho, que se tornarem definitivas a partir de 1º de outubro de 2023.

Conselho Federal de Educação Física

[Resolução n. 510/CONFEF, de 23 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a regulamentação do inciso IV do art. 2º da Lei n. 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

Regulamenta o Decreto n. 11.795, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, em especial o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios, o protocolo de fiscalização contra a discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens e a disponibilização de canais específicos para denúncias de discriminação salarial. (Processo n. 19955.201311/2023-38).

Poder Legislativo

[Lei n. 14.744, de 30 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a prestação de serviços postais e de comunicação multimídia da administração pública federal direta e indireta.

Altera a Resolução n. 155/CSJT, de 23 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

[Ato n. 121/CSJT.GP.SG.SEOF, de 27 de novembro de 2023](#)

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da Primeira, Segunda, Terceira, Sétima, Oitava, Nona, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Sétima, Décima Nona, Vigésima e Vigésima Quarta Regiões, crédito suplementar para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Marquês de São Vicente, 121, Bloco A - 15º andar
CEP 01139-001 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

